

coleção
DEFESA PÚBLICA

v.6

coord.
MAURILIO CASAS MAIA

HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES

***CUSTOS VULNERABILIS
FAMILIAE***

Defensoria Pública e a proteção emancipatória das
famílias vulneráveis



*Conselho Editorial*

Doutor Cláudio Roberto Cintra Bezerra Brandão
Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco – Brasil

Doutora Sílvia Isabel dos Anjos Caetano Alves
Professora da Universidade de Lisboa – Portugal

Doutor Georges Martyn
Professor da Universidade de Ghent – Flanders/Bélgica

Doutora Agata Cecilia Amato Mangiameli
Professora da Universidade de Roma II – Itália

Doutora Ana Elisa Liberatore Silva Bechara
Professora Titular da USP – Brasil

Doutor Stelio Mangiameli
Professor da Universidade de Teramo – Itália

Doutor José Geraldo de Sousa Junior
Professor Titular da Universidade de Brasília – Brasil

Doutor Joaquim Portes de Cerqueira César
Doutor em Direito Constitucional pela PUC/SP – Brasil

Doutor Thomas Law
Doutor em Direito Comercial pela PUC/SP – Brasil

Doutor Marcelo Figueiredo
Professor da PUC/SP – Brasil

Doutor João Grandino Rodas
Professora Titular da USP – Brasil

Editor Chefe

Plácido Arraes

Editor

Tales Leon de Marco

Produtora Editorial

Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico

Bárbara Rodrigues

Diagramação

Bárbara Rodrigues

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Copyright © 2023, D'Plácido Editora

Copyright © 2023, Helom César da Silva Nunes.

Belo Horizonte

Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG – CEP 30140-007
Tel.: 31 3261 2801

São Paulo

Avenida Paulista, 2073, Conjunto Nacional. – São Paulo, SP – CEP 01311-940

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR INSTAGRAM/EDITORADPLACIDO

Catálogo na Publicação (CIP)

Nunes, Helom César da Silva
N972 Custos Vulnerabilis Familiae: Defensoria Pública e a proteção emancipatória das famílias vulneráveis / Helom César da Silva Nunes ; coord. da coleção Maurílio Casas Maia. - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2023. 222 p. - (Defesa pública; v. 6)

ISBN 978-65-5589-753-1

1. Direito 2. Direito Público I. Maia, Maurílio Casas II. Título III. Série.

CDDir: 341

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Sumário

<i>Lista de abreviaturas e siglas</i>	9
<i>Apresentação da Coleção Defesa Pública</i>	11
<i>Apresentação</i>	13
<i>Prefácio</i>	15
<i>Introdução</i>	17
1. Do acesso ao Judiciário ao Acesso à Justiça	21
1.1. Do Acesso à jurisdição ao Acesso à Justiça: Distinção Necessária.....	21
1.2. Obstáculos do Acesso à justiça.....	28
1.3. Ondas renovatórias do acesso à justiça.....	29
1.4. Histórico da assistência jurídica no Brasil.....	36
1.5. A Assistência Jurídica na Constituição da República de 1988.....	43
1.6. Os modelos de assistência jurídica gratuita.....	44
1.7. O perfil constitucional da Defensoria Pública.....	48
1.8. Vulnerável: O destinatário da Defensoria Pública.....	49
1.9. Autonomia administrativa e organizacional: O querer do constituinte e razões de reconhecimento à Defensoria Pública.....	55
1.10. A Emenda Constitucional n. 80/2014.....	59

1.11. O <i>custos vulnerabilis</i>	67
2. As transformações do Direito de família.....	81
2.1. Da família monista à pluralista.....	81
2.2. O fim do monopólio do casamento e a União Estável – Do concubinato ao reconhecimento e proteção constitucional.....	84
2.3. Do reconhecimento das famílias atípicas.....	86
2.4. A família homoafetiva – O papel da intervenção judicial no acolhimento de direitos.....	87
2.5. Do patriarcalismo (família tradicional) à igualdade de gêneros.....	90
2.6. O Direito à convivência.....	93
2.7. Da Função Parental.....	95
2.8. Da Guarda.....	98
2.8.1. As modalidades de guarda previstas no ordenamento jurídico: A dicotomia entre guarda unilateral e guarda compartilhada.....	99
2.8.2. A guarda compartilhada: Da origem, avanços e a regra do ordenamento jurídico.....	104
2.8.3. A dupla residência da criança na guarda compartilhada.....	107
3. A autonomia como premissa de implementação dos demais princípios do Direito de Família.....	115
3.1. Liberdade, autonomia da vontade e autonomia privada.....	115
3.2. A violação à autonomia e o Código Civil de 1916.....	119
3.3. A Constituição de 1988 e o resgate da autonomia.....	120
3.3.1. Autoresponsabilidade (solidarismo).....	121
3.3.2. Intervenção mínima.....	122
3.3.2.1. A pluralidade familiar. O fim do monopólio do casamento como única forma originária de família.....	124
3.3.2.2. A autonomia no Código Civil e a alteração do regime de bens – Art. 1639, § 2º, do Código Civil.....	126
3.3.2.3. A Emenda Constitucional n. 66/2010 – O divórcio imediato.....	129

3.3.2.4. Famílias homoafetivas – A jurisprudência constitucional libertadora.....	130
3.3.2.5. Resíduos de interferência estatal no Direito das Famílias.....	134
3.3.2.5.1. O suprimento judicial para o casamento.....	134
3.3.2.5.2. A Imposição do regime da separação obrigatória bens – art. 1641, II, do Código Civil.....	135
3.3.2.5.3. O Conteúdo do pacto antenupcial.....	135
3.3.2.5.4. O impedimento matrimonial previsto no artigo 1521, VII, da CRFB.....	136
3.3.2.5.5. A proibição das escrituras poliafetivas pelo Conselho Nacional de Justiça.....	137
3.3.2.5.6. Os deveres conjugais – Art. 1.566 do Código Civil – O tabu da monogamia.....	138
3.3.2.5.7. A “autorização judicial” e o “pedido motivado” para a alteração do regime de bens.....	139
3.3.3. Boa-Fé Objetiva.....	141
3.4. Dignidade da Pessoa humana.....	143
3.5. Afetividade e a busca pela felicidade – Princípio ou Valor?.....	144
3.6. A responsabilidade civil no Direito das Famílias.....	153
3.6.1. A possibilidade da indenização decorrente da violação da função parental e do abandono afetivo.....	159
3.6.2. A divergência sobre a possibilidade de indenização pelo abandono afetivo e reflexões crítica.....	161
3.6.3. Linhas conclusivas sobre a questão do abandono afetivo.....	169
3.7. Família eudemonista.....	170
4. Práticas adotadas para soluções adequadas pela defensoria pública nos conflitos familiares em reconhecimento à autonomia – o custos vulnerabilis familiae.....	173
4.1. Assistência jurídica Processual.....	174
4.1.1. Representação judicial postulatória.....	174

4.1.2. Curadoria Especial.....	174
4.1.3. A missão institucional de <i>Custos Vulnerabilis Familiae</i>	176
4.1.3.1. Atuação Judicial no patrocínio das partes.....	176
4.1.3.2. Atuação em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas em nome próprio do Direito de Família.....	177
4.1.3.2.1. Legitimação Interveniente diante da vulnerabilidade em processo familiar (Art. 4º, XI, da LC n. 80/94): A “intervenção” <i>Custos Vulnerabilis Familiae</i>	177
4.2. Assistência Jurídica Extrajudicial e o <i>Custos Vulnerabilis Familiae</i>	178
4.2.1. Prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados	180
4.2.2. Busca de solução extrajudicial de conflitos mediante emprego de métodos alternativos.....	181
4.2.3. Difusão e conscientização sobre os direitos humanos, cidadania e das normas existentes no ordenamento jurídico	181
4.2.4. Assistência interdisciplinar dos órgãos de apoio.....	182
4.2.5. Meios adequados de soluções de conflitos familiares.....	182
4.2.5.1. Conciliação.....	189
4.2.5.2. Mediação.....	191
4.2.5.3. Negociação	194
4.2.5.4. Educação em direitos.....	195
4.2.6. Linhas conclusivas sobre o <i>Custos Vulnerabilis Familiae</i> na atuação extrajudicial.....	199
Conclusão	201
Referências	207
Posfácio	219